



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 15 DE MAIO DE 2015

Presidente: Ex.^{mo} Sr. José Diogo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Celmira Sacramento

Nenésio Afonso

Mohamed Guadalupe

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 12 horas e 5 minutos.

Foram aprovadas, em votação final global, as propostas de lei n.º 01/X/1.ª/2015 – Orçamento Geral do Estado, e n.º 02/X/1.ª/2015 – Grandes Opções do Plano para o ano económico de 2015, após a leitura do relatório da 3.ª Comissão Especializada Permanente

(Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública), pelo Sr. Deputado Carlos Cabral (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 12 horas e 25 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 12 horas e 5 minutos.

Estavam presentes as seguintes e os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento **d' Oliveira**
Adilson Cabral **Managem**
Alda Quaresma d' Assunção dos **Ramos**
Ângela dos Santos Ramos José **da Costa Pinheiro**
Arlindo Quaresma dos Santos
Berlindo Branco Vilela **Silvério**
Bilaine Carvalho Viegas de **Ceita**
Carlos Manuel **Cassandra Correia**
Celmira D'Almeida do **Sacramento**
Egrinaldo de **Carvalho Viegas de Ceita**
Evaristo do Espírito Santo **Carvalho**
Flávio Pires **Mascarenhas** dos Ramos
Gabriel Barbosa **dos Ramos**
Idalécio Augusto **Quaresma**
Ismael da Glória do Espírito Santo
Ivo Mendonça da **Costa**
Joaquim **Salvador Afonso**
José António do Sacramento **Miguel**
José Carlos Cabral D'Alva
José da Graça **Diogo**
José Manuel Macumbo **Costa Alegre**
Jorge Sousa Pontes **Amaro** Bondoso
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Mário **Fernando**
Martinho da Trindade **Domingos**
Nenésio Quaresma **Afonso**
Ossáquio Perpétua **Rioa**
Pedro Jorge de Abreu e **Carvalho**
Salcedas d'Alva Teixeira **Barros**
Sebastião Lopes **Pinheiro**
Silvestre **Moreno** Mendes
Wilder **Monteiro** dos Santos

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Aérton do Rosário **Crisóstomo**
Ana Isabel Meira **Rita**
António **Monteiro** Fernandes
António das Neves Sacramento **Barros**
Arlindo **Barbosa** Semedo
Beatriz da Veiga Mendes **Azevedo**
Brito Vaz **d'Assunção** do Espírito Santo
Deolindo Luís da Trindade **da Mata**
Dionísio Leopoldino **Fernandes**
Domingos **Monteiro** Fernandes
Jorge **Amado**
Manuel da Cruz **Marçal** **Lima**
Maria das Neves Baptista de Sousa
Mohamed **Guadalupe** Ramos da Glória
Oswaldo Tavares dos Santos **Vaz**
Vasco Gonçalves **Guiva**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Danilson Alcântara Fernandes **Cotú**
Delfim Santiago das **Neves**

Filomena Maria de Fátima Dias Xavier de Pina dos Prazeres
Jorge Dias Correia
José Luís Xavier Mendes

União dos Democratas para a Cidadania e Desenvolvimento (UDD):

Felisberto Fernandes Afonso

O Sr. **Presidente**: — Vamos iniciar as nossas actividades, mas antes gostaríamos de convidar os Srs. Membros do Governo a tomarem os seus lugares na Sala.

Sr. Ministro da Justiça e Direitos Humanos, em representação do Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Sr. Ministro das Finanças e da Administração Pública, Sras. e Srs. Deputados, as minhas saudações.

A sessão plenária para a votação final global não é precedida de discussão, como está estatuído no n.º 3 do artigo 167.º.

Temos para esta sessão o único ponto da ordem do dia que é a votação final global das propostas de lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 2015, um trabalho a realizar nos termos do artigo 167.º, como atrás frisei.

De recordar que essas iniciativas foram aprovadas na generalidade e, em seguida, baixadas à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, que fez a sua discussão e votação na especialidade, de 4 a 8 de Maio do corrente ano, e hoje temos a missão de fazer a votação final global das mesmas.

É de recordar que o acto de votação não é precedida de qualquer discussão, porém, é admissível que cada grupo parlamentar produza uma declaração de voto oral, de cerca de 3 minutos no máximo, ou então um voto escrito. Assim sendo, com a permissão das Srs. e Srs. Deputados, convido a 3.ª Comissão, na pessoa do Sr. Presidente ou a pessoa por si indigitada, para proceder à leitura do relatório.

Antes disso, tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para fazer uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Bom dia Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Presidente, estamos numa sessão exclusiva e especial para a aprovação do OGE. O Governo comparece na Assembleia Nacional para defender o seu orçamento, no debate na generalidade e naturalmente, no acto de aprovação do OGE, o proponente deve estar presente. Tem sido sempre assim desde os primórdios da nossa democracia e não sei porquê o Governo não está cá, não digo o representante, mas sim o próprio Chefe do Governo. Gostaria que o Sr. Presidente me esclarecesse.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tive o cuidado de analisar este facto e tenho a dizer apenas o seguinte: regimentalmente, nada consta que o Governo tenha a obrigatoriedade de estar aqui para a aprovação final global. Portanto, tive esse cuidado, mas o que lhe posso dizer é que estamos numa sessão em que devemos fazer a votação final global, é uma sessão curta e nós, os Deputados, temos a incumbência de aprovar a lei, se verificarmos que está tudo bem. Isso não envolve a obrigatoriedade da presença do Governo.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, não vamos entrar em debate sobre isso, mas é que o debate inicia e encerra. O debate iniciou com a discussão na generalidade e encerra com a aprovação final global.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, demonstre-me em que parte do Regimento diz especificamente aquilo que o Sr. Deputado acabou de dizer.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, já disse que não vou entrar em discussão consigo, porque mesmo na generalidade, não há nenhuma obrigatoriedade. Portanto, isto é sequencial. Começa no artigo 209.º e termina no artigo 213.º do Regimento. Não há, em momento nenhum, a obrigatoriedade de o Governo estar presente, mas sendo o Governo o proponente de um documento tão importante para o funcionamento das suas actividades. Aliás, não é novidade para ninguém que o que estamos a ver hoje acontece pela primeira vez.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, agradeço imenso, mas vamos continuar com a nossa actividade. Tem a palavra o Sr. Presidente da 3.ª Comissão, para fazer a apresentação do relatório.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados bom dia. Convido o Sr. Deputado Carlos Cabral para proceder à leitura do relatório.

O Sr. **Carlos Cabral** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Caras e Caros Colegas, com a sua permissão, Sr. Presidente, vou fazer a leitura do relatório da 3.ª Comissão Especializada Permanente - Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública.

«Relatório da análise e votação, na especialidade, das propostas de lei n.º 01/X/1.ª/2015 – Orçamento Geral do Estado, e n.º 02/X/1.ª/2015 – Grandes Opções do Plano para o ano económico de 2015.

I – Introdução.

A Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional para o Orçamento, Finanças e Administração Pública, nas suas reuniões realizadas de 4 a 8 de Maio corrente, apreciou e votou, na especialidade, as propostas de lei n.º 01/X/1.ª/2015 – Orçamento Geral do Estado (OGE) e, n.º 02/X/1.ª/2015 – Grandes Opções do Plano (GOP) para o ano económico de 2015.

Neste âmbito, a Comissão contou com a participação e colaboração de Sua Excelência o Ministro das Finanças e da Administração Pública, o Dr. Américo Oliveira Ramos, dos demais membros do Governo e o respectivo *staff*. Estiveram também presentes os Srs. Presidentes da 1.ª, 2.ª, 4.ª e 5.ª Comissão Especializada Permanente, os Srs. Deputados Evaristo Carvalho, Martinho Domingos, Abnildo d'Oliveira e Arlindo Barbosa, respectivamente, e seus demais membros.

II – Apreciação.

Durante a apreciação, não foram registadas quaisquer propostas de alteração às propostas de lei acima referidas. Entretanto, ao nível dos anexos, foram apresentadas verbalmente cinco propostas de emenda, uma proposta de substituição e quatro propostas de aditamento, como se segue:

Primeiro, propostas de emenda.

No montante de STD 6.740.616.002,00 (seis mil milhões, setecentos e quarenta milhões, seiscentos e dezasseis mil e duas dobrás) da Actividade 2956 – Acções de Urgência, Catástrofe e Calamidades, relacionado com os Projectos dos Encargos Gerais do Estado, onde foi subtraído o montante de STD 2.750.000.000,00 (dois mil milhões, setecentos e cinquenta milhões de dobrás) para ser alocado às despesas atinentes ao Conselho Nacional da Juventude, Federações e Clubes, Comité Olímpico de STP e Comité Paralímpico. Como resultado dessa alocação, o montante da Actividade 2956 passou a ser STD 3.990.616.002,00 (três mil milhões, novecentos e noventa milhões, seiscentos e dezasseis mil e duas dobrás).

Na Unidade Gestora 23.1.01 – Gabinete do Ministro da Defesa e Ordem Interna, em vez de ser (...) e Ordem Interna, a sua nomenclatura passa a ser (...) e do Mar.

Na Unidade Gestora 23.1.02 – Direcção Administrativa e Financeira da Defesa e Ordem Interna, passa a ser (...) e do Mar.

No projecto 5542 do Ministério das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente, em vez de Construção da Ponte Paga Fogo, passa a ser Reabilitação da Ponte Paga Fogo.

No projecto da Presidência da República, foi emendado o montante da Actividade 2862 – Reabilitação da Residência Oficial – STD 500.000.000,00 (quinhentos milhões de dobrás), que passa a ser de STD 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de dobrás).

Segundo, proposta de substituição.

No projecto da Presidência da República, Actividade 2861 – Apetrechamento da Residência Oficial, no montante de STD 1.500.000.000,00 (mil milhões e quinhentos milhões de dobrás) foi substituída por duas novas actividades:

Actividade 3252 – Remodelação da Caserna dos militares do Morro da Trindade, no montante total de STD 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de dobrás);

Actividade 3251 – Remodelação das casas de passagem n.ºs 2 e 3 do Palácio do Povo, no montante de STD 1.200.000.000,00, (mil milhões e duzentos milhões de dobrás) cuja diferença foi reforçada com o montante de STD 100.000.000,00 (cem milhões de dobrás) retirado da Actividade 2862, sob a proposta do Ministério das Finanças que mereceu a anuência desta Comissão.

Terceiro, propostas de aditamento.

No Ministério da Juventude e Desporto, ao nível dos projectos do Instituto da Juventude, aditou-se uma nova Actividade 5322 – Apoio Institucional ao Conselho Nacional da Juventude (CNJ), no montante de STD 300.000.000,00 (trezentos milhões de dobrás).

No mesmo Ministério, ao nível dos projectos da Direcção do Desporto, aditou-se três novas Actividades:

1.A 5060 – Transferência para Federações e Clubes, no valor de STD 2.000.000.000,00 (dois mil milhões de dobrás).

2.A 5062 – Apoio Institucional ao Comité Olímpico de STP, no valor de STD 200.000.000,00 (duzentos milhões de dobrás).

3.A 5065 – Incentivo ao Comité Paralímpico, no valor de STD 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dobrás).

III – Votação.

Submetidas à votação, todas as propostas de alteração acima mencionadas foram aprovadas, por unanimidade.

Por sua vez, a proposta de lei do OGE para 2015 foi submetida à votação, tendo cada um dos seus artigos sido aprovados com quatro votos a favor, nenhum contra e três abstenções, à excepção do artigo 20.º que foi aprovado com cinco votos a favor, nenhum contra e duas abstenções.

Igualmente, a proposta de lei das GOP para 2015 foi submetida à votação, tendo cada um dos seus artigos sido aprovados com cinco votos a favor, nenhum contra e duas abstenções, à excepção do artigo 4.º, que foi aprovado com quatro votos a favor, nenhum contra e três abstenções.

IV – Texto Final.

Para os devidos efeitos, vai em anexo o texto final elaborado pela Comissão sobre as propostas de lei aprovadas, bem como os mapas alterados.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, São Tomé, 13 de Maio de 2015.

O Relator, Aérton do Rosário.

O Presidente, Vasco Gonçalves Guiva.»

O Sr. **Presidente**: — Passamos agora à fase de votação final global e a primeira proposta de lei a ser votada é das Grandes Opções do Plano e depois do Orçamento Geral do Estado.

Submetida à votação, foi aprovada com 30 votos a favor, do ADI e do UDD, e 20 abstenções, do PCD e do MLSTP/PSD.

Vamos passar à votação do OGE.

Submetida à votação, foi aprovada com 30 votos a favor, do ADI e do UDD, e 20 abstenções, do PCD e do MLSTP/PSD.

Portanto, acaba de ser aprovado o Orçamento Geral do Estado e as Grandes Opções do Plano para o exercício económico de 2015.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Líderes Parlamentares, não sei se há alguma declaração de voto a ser proferida por parte dos respectivos grupos parlamentares. Caso haja, começaria por convidar o Sr. Líder do PCD para o efeito.

Não vai se pronunciar.

Convido o Sr. Líder do MLSTP/PSD.

Também não vai se pronunciar.

O Sr. Líder Parlamentar do ADI também não.

Srs. Deputados, as propostas vão passar à fase de redacção final, cujo trabalho compete também à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública e a seguir serão submetidas a promulgação por Sua Excelência o Sr. Presidente da República.

Não havendo nada mais a tratar, gostaria de agradecer a presença e a participação das Sras. e dos Srs. Deputados, bem como dos representantes do Governo.

Declaro encerrada a sessão.

Eram 12 horas e 25 minutos.

Faltou a sessão o Sr. Deputado:

Acção Democrática Independente (ADI):

Manuel da Graça José Narciso